

Plano de Ensino - 2021/1º SEMESTRE		
Curso: ADMINISTRAÇÃO (BACHARELADO)		Disciplina: DIREITO EMPRESARIAL E TRIBUTÁRIO
1º SEMESTRE	Graduação	C/H Semestral: 60
PROFESSOR RESPONSÁVEL		PROFESSOR EXECUTOR
Esp. Patricia Leite Nogueira		Esp. Patricia Leite Nogueira
EMENTA		
Estudo da visão sistemática e prática sobre os institutos do Direito Empresarial, tendo como ênfase a parte geral e a relativa ao Direito Societário, a partir da análise da doutrina, legislação e jurisprudência referentes à matéria, que orientem a condução de uma organização. Estudo do Direito Tributário com enfoque nos direitos fundamentais assegurados aos contribuintes, além das questões administrativas de organização do Fisco, tais como: princípios, imunidades, lançamento tributário, certidão da dívida ativa e certidões.		
REQUISITOS		
Nenhum pré requisito é necessário.		
OBJETIVOS		
<i>Cognitivos</i>	Conhecer a legislação concernente aos tipos empresariais e consequências de sua inobservância. Adquirir conhecimentos sobre a personalidade civil e jurídica. Compreender a importância das obrigações contratuais. Conhecer como funciona a falência e o processo de recuperação judicial. Entender a relevância dos tributos que fazem parte do cotidiano tanto do mercado empresarial como das pessoas físicas. Adquirir conhecimentos sobre as legislações que envolvem os tributos. Compreender como as espécies tributárias influenciam nos resultados de exercícios financeiros. Compreender a estrutura do Sistema Tributário Nacional consagrado na Constituição Federal e estudar o Código Tributário Nacional enquanto Norma Geral sobre Direito Tributário.	
<i>Habilidades</i>	Desenvolver habilidades de interpretação da Norma Jurídica Civil Empresarial e Tributária. Realizar trabalhos em grupo. Pesquisar o verdadeiro alcance do Direito Empresarial e Tributário frente ao Mercado empresarial e as pessoas físicas. Acompanhar o cotidiano do sistema tributário no mercado regional e nacional. Analisar e constatar o perfil empresarial, dentro do mercado brasileiro, quanto a sua participação como contribuinte, empresário ou consumidor. Avaliar quais os modelos empresariais mais adequados às necessidades dos empreendedores. Avaliar o papel do Estado enquanto órgão arrecadador e o retorno para a sociedade da arrecadação decorrente dos tributos pagos.	
<i>Atitudes</i>	Estar apto a identificar os tipos societários, constituição, manutenção e extinção dos mesmos. Avaliar a capacidade civil de pessoas físicas e jurídicas. Interpretar as obrigações decorrentes de avenças contratuais. Possuir capacidade de interpretar e concluir sobre as informações tributárias empresariais com o senso de responsabilidade e a necessidade da ética profissional e pessoa; ter o senso da pontualidade nos compromissos assumidos, ser disciplinado focando a educação, honestidade com a praticidade e a criatividade com relação ao espírito pessoal e a de um empreendedor.	

UNID.	C/H	CONTEÚDO
I	3	Apresentação pessoal. Exposição do Plano de Ensino, da metodologia de aulas e avaliações. Introdução ao Direito. Preceitos constitucionais. Personalidade civil. Capacidade civil.
II	6	Características específicas de pessoas físicas e jurídicas perante o Código Civil. Negócios jurídicos e contratos: Partes; objeto; cláusulas e condições. Da validade jurídica.
III	9	Empresário- conceito e características. Sociedade Simples e Sociedade Limitada -conceito; abertura,manutenção e encerramento; o papel dos sócios; administração e demais especificidades. SociedadeAnônima (capital aberto e fechado, valores mobiliários, espécies, o papel do acionista e seus direitos edeveres, administração, abertura, manutenção e encerramento.
IV	3	Lei 11.101/2005; Disposições comuns à recuperação judicial e à falência; Pedido defalência;Sentença;Massa falida;classificação dos créditos;termo legal e ineficácia;Habilitação de credores;Impugnação;Homologação;Habilitação Extemporânea ;Adm Judicial;Assembleia e Comitê de credores; Liquidação e rateio; Encerramento e reabilitação do falido.Recuperação Judicial.
V	3	Soluções extrajudiciais: Arbitragem, mediação e conciliação.
VI	9	Análise do conceito de tributo e correlação com a Constituição Federal. Tipos de tributos.
VII	9	Princípio da Legalidade- Princípio da Igualdade-Princípio da Anterioridade- Princípio da Irretroatividade dos Tributos- Princípio da Liberdade de tráfego de pessoas e bens-Uniformidade Jurídica da Tributação; Não discriminação tributária; Seletividade; Não cumulatividade.
VIII	9	Sujeito Ativo; Sujeito Passivo (contribuinte, responsável).
IX	3	Das espécies de suspensão e exclusão dos créditos tributários.
X	6	Atividades avaliativas/Avaliação A2 e ARG - Avaliação Regimental Globalizada.

ESTRATÉGIA DE ENSINO

Valoriza-se a relação dialógica entre a teoria e a prática, a aprendizagem significativa, cooperativa e colaborativa, bem como a interdisciplinaridade, a investigação e uso de ambientes virtuais de aprendizagem. Há ações de diagnóstico da aprendizagem e, se for necessário, de retomada de conhecimentos em diferentes momentos do processo: apresentação da disciplina, aulas teórico-práticas e pré/pós-avaliações. A participação crítica e ativa do estudante é estimulada por meio de metodologias ativas, para tanto, algumas das estratégias empregadas ao longo da disciplina são: ensino com pesquisa; estudos dirigidos; estudo de situações problemas; fóruns; além de oficinas de prática específica.

RECURSOS DISPONÍVEIS

Para o desenvolvimento da disciplina serão utilizados recursos tecnológicos como computador, aparelho de som, microfone. A comunicação entre professor e aluno será feita por meio do Blackboard, espaço em que também serão postados materiais para as aulas, listas de exercícios, artigos científicos, dentre outros. Essa disciplina não

possui conteúdo prático desenvolvido em laboratório. (Webclass, Biblioteca e Ambiente Virtual de Aprendizagem).

AVALIAÇÃO

O processo avaliativo compreenderá:

Avaliação Regimental (A1) no valor de 0,0 a 5,0.

Avaliações parciais e processuais (A2) no valor de 0,0 a 5,0.

A Nota Final (NF) resulta da soma destas duas notas (A1 A2). É considerado aprovado na disciplina o aluno que obtiver Nota Final (NF) igual ou superior a 6,0 (seis) e que tenha, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de frequência às atividades acadêmicas.

Mais informações sobre o processo avaliativo podem ser obtidas: a) nos ordenamentos institucionais; b) no Manual do Aluno; c) com os respectivos professores das disciplinas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ÁVILA, Márcio; CASAMASSO, Marco Aurélio Lagreca. Direito Constitucional Tributário na América. Rio de Janeiro: Processo, 2020 (e-book)
MELLO, Cleyson de Moraes. Teoria do Direito. 1 ed. Rio de Janeiro: Processo, 2020. (e-book)
NÓBREGA, Camila Silva. Direito Empresarial e Societário. 1 ed. Curitiba: Intersaberes, 2020 (e-book)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRANCHIER, Alex Sander. Direito Empresarial. Curitiba: Intersaberes, 2012. (e-book)
CAROTA, José Carlos. Manual de Direito Tributário e Financeiro aplicado. 3 ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2020. (e-book)
GABRIEL, Sérgio. Manual de Direito Empresarial. 1 ed. São Paulo: Rideel, 2018. (e-book)
NIARADI, George. Direito Empresarial. São Paulo: Pearson, 2012 (e-book)
TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário. 20 ed. Rio de Janeiro: Processo, 2018 (e-book)